

Orçamento pagou viagens ao exterior

A Câmara e o Senado receberam US\$ 3,3 milhões em 1992, a título de subvenção social do Orçamento Geral da União, para gastos com viagens de parlamentares ao exterior. Os deputados João Alves (PPR-BA), Genebaldo Correia (PMDB-BA) e Cid Carvalho (PMDB-MA), acusados de manipular dinheiro do Orçamento, foram beneficiados com viagens pagas com verba de subvenção social — uma rubrica do Orçamento que, supostamente, deveria destinar dinheiro a fundo

perdido para entidades beneficentes de assistência social a populações carentes. A Câmara recebeu US\$ 1,5 milhão e o Senado US\$ 1,8 milhão.

O diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino, disse não haver “problema” no fato de as viagens dos parlamentares serem pagas com dinheiro da subvenção social. “Políticos do mundo inteiro fazem viagens e, além disto, US\$ 1,5 milhão não é nada, porque só uma passagem para o Japão, por exemplo, custa US\$ 8 mil”. O de-

putado Paulo Bernardo (PT-PR), que pesquisou as subvenções da Câmara e Senado, reagiu indignado à declaração de Sabino. “Isto é uma imoralidade”. Bernardo concorda: as viagens dos políticos podem ser necessárias, mas o dinheiro não deveria sair “camuflado” no Orçamento como subvenção social. “O Congresso tem que ser transparente. Para o deputado José Genoíno (PT-SP), a Câmara deve “demitir Sabino”, por causa de sua declaração de que “US\$ 1,5 milhão não é nada”.